

**HABEAS CORPUS Nº 354.667 - SP (2016/0108794-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO : NATALIA DA COSTA NORA BUGNER - DEFENSORA PÚBLICA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : D A DOS S**

**DECISÃO**

**D. A. dos S.**, paciente neste habeas corpus, estaria sofrendo coação ilegal em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que concedeu efeito ativo à decisão de primeiro grau a fim de que o adolescente cumpra a medida socioeducativa imposta em unidade diversa da sua comarca de origem (Agravado de Instrumento n. 2028698-26.2016.8.26.0000).

Requer seja cassado os efeitos da referida decisão.

Consoante o artigo 121, § 5º, do ECA, ainda que o adolescente seja submetido à internação, será liberado compulsoriamente aos vinte e um anos de idade.

*In casu*, o paciente completou 21 anos de idade, porque nascido em 10/6/1998 (fl. 15) e, portanto, não pode mais ser submetido às medidas protetivas do ECA. Assim, é forçoso reconhecer a perda superveniente do interesse de agir deste habeas corpus, por ausência de ameaça ao seu direito de locomoção.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** este habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**